



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Na reunião do 6 de Janeiro de 2021
foi aprovado por unanimidade,
na ausência do CDS-PP e do CH.

DISTRIBUÍDO A 04-01-2021

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

A indicação do magistrado português para o cargo de Procurador Europeu de Portugal junto da Procuradoria Europeia foi objeto de audição da Senhora Ministra da Justiça na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em outubro passado. Nessa ocasião, a Senhora Ministra da Justiça prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados sobre o facto de o Governo Português ter escolhido para o cargo um nome distinto do que havia sido colocado em primeiro lugar na opinião do júri internacional que avaliou as diferentes candidaturas e cujo escalonamento era de carácter indicativo.

Nos últimos dias, o país ficou a conhecer que a nota enviada pelo Governo ao Conselho Europeu para sustentar a referida escolha continha manifestas inverdades sobre elementos curriculares do magistrado indicado pelo Estado Português. Esse documento e as descoincidências com o curriculum apresentado pelo magistrado escolhido, são da exclusiva responsabilidade do Governo.

Trata-se de uma situação de inequívoca gravidade, face à qual importa ouvir de novo a Senhora Ministra da Justiça, com a maior brevidade possível, no

sentido de esclarecer cabalmente as circunstâncias em que se verificou este lamentável episódio. Tal audição corresponde, aliás, à vontade da governante em causa que expressou publicamente estar “ansiosa” por poder prestar esclarecimentos sobre o sucedido ao parlamento

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem requerer a audição urgente da Senhora Ministra da Justiça na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para prestar os esclarecimentos que são devidos sobre esta situação.

Palácio de S. Bento, 4 de janeiro de 2021

Os deputados e deputadas do Bloco de Esquerda